

Inventário de Dados Pessoais – Ministério da Justiça e Segurança Pública

Nome do Serviço: SINDEC NACIONAL

Nome do Operador: MJSP

Setor completo: CATSI/CGCG/DPDC/SENACON/MJSP

Em qual fase do ciclo de vida o Operador atua? Coleta (obtenção, recepção ou produção de dados pessoais independente do meio utilizado. Documento em papel, documento eletrônico, sistema de informação etc.); Retenção (arquivamento ou armazenamento de dados pessoais independente do meio utilizado. Documento em papel, documento eletrônico, banco de dados, arquivo de aço etc.); Processamento (qualquer operação que envolva classificação, utilização, reprodução, processamento, avaliação ou controle da informação, extração e modificação de dados pessoais); Compartilhamento (qualquer operação que envolva transmissão, distribuição, comunicação, transferência, difusão e compartilhamento de dados pessoais);

Etapas do tratamento: 1. Os dados pessoais são coletados mediante preenchimento de formulário de cadastro do consumidor no sistema Sindec;

2. Os dados ficam armazenados nas bases de dados da infraestrutura de cada estado e são transferidos diariamente para o MJSP. Os dados cadastrais dos consumidores são disponibilizados somente à empresa reclamada e ao próprio órgão gestor do sistema.

3. Na infraestrutura do MJSP os dados são tratados (processos de ETL) e compõem uma base DW. Os dados de faixa etária, gênero do consumidor e regionais são utilizados de forma não individualizada para fins estritamente estatísticos (portal <https://sindecnacional.mj.gov.br/home> e publicação em dados abertos).

4. Os dados não podem ser eliminados.

Abrangência da área geográfica do tratamento: Nacional

Fonte de dados utilizada para obtenção dos dados pessoais: Titular dos dados pessoais

Hipótese de Tratamento: Execução de políticas públicas.; Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador.; Exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral.;

Finalidade: O Sindec Nacional é uma das principais bases de dados sobre Defesa do Consumidor do país e sua gestão é fundamental para as Políticas de Defesa do Consumidor. Os dados são coletados a partir do registro dos atendimentos nos Procons, que utilizam o sistema SINDEC, espalhados por todas as Unidades da Federação, e consolidados inicialmente nas bases estaduais e municipais dos Procons e em seguida, uma parte desses dados são consolidados na base nacional. A base de dados composta pelos registros das reclamações dos consumidores possibilita uma análise privilegiada e estratégica dos principais problemas vivenciados pelos consumidores brasileiros, possibilitando o monitoramento coletivo das condutas dos fornecedores e a execução da Política Nacional das Relações de Consumo, prevista no art.4^a do Código de Defesa do Consumidor.

Previsão legal: Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, em especial o art. 4 e 44

Resultados pretendidos para o titular de dados:

Benefícios esperados para o órgão, entidade ou para a sociedade como um todo: 1.

Dados consolidados, centralizados e atualizados relativos ao perfil do consumidor reclamante;

2. Informações qualificadas essenciais à elaboração e implementação de políticas públicas de defesa dos consumidores; e

3. Melhoraria na conduta das empresas e padronização das soluções;

Informações de identificação pessoal: 1. Nome Completo;

2. Número do CPF;

3. Endereço;

4. Data de nascimento;

5. Sexo;

6. Telefone;

7. E-mail;

8. RG;

9. Outros possíveis documentos como: Conselho Regional, Identificação Funcional, Ministério do Trabalho, Ministério Militares, OAB, Polícias Militares, Receita Federal e Outros;

10. Raça, cor e etnia;

11. Nome Social;

12. Estado Civil; e
13. Portador de Necessidades Especiais.

Tempo: indeterminado

Informações de identificação atribuídas por instituições governamentais: CPF

Dados de identificação eletrônica: não se aplica

Dados de localização eletrônica: não se aplica

Dados de identificação financeira: não se aplica

Recursos financeiros: não se aplica

Dívidas e despesas: não se aplica

Situação financeira (Solvência): não se aplica

Empréstimos, hipotecas, linhas de crédito: não se aplica

Assistência financeira: não se aplica

Detalhes da apólice de seguro: não se aplica

Detalhes do plano de pensão: não se aplica

Transações financeiras: não se aplica

Compensação: não se aplica

Atividades profissionais: não se aplica

Acordos e ajustes: não se aplica

Autorizações ou consentimentos: não se aplica

Detalhes pessoais: 1. Nome Completo;

2. Número do CPF;

3. Endereço;

4. Data de nascimento;

5. Sexo;

6. Telefone;

7. E-mail;

8. RG;

9. Outros possíveis documentos como: Conselho Regional, Identificação Funcional, Ministério do Trabalho, Ministério Militares, OAB, Polícias Militares, Receita Federal e Outros;

10. Raça, cor e etnia;

11. Nome Social;

12. Estado Civil; e

13. Portador de Necessidades Especiais.

Tempo: indeterminado

Detalhes militares: não se aplica

Situação de Imigração: não se aplica

Descrição Física: não se aplica

Dados de identificação financeira 2: Ao registrar sua reclamação no Sindec, o consumidor é orientado a fornecer as informações necessárias para o tratamento de sua demanda. Tais informações são disponibilizadas à empresa reclamada. O fornecimento dessas informações não é obrigatório, entretanto, pode fazer a diferença para que a reclamação do consumidor seja de fato resolvida.

Recursos financeiros 2: não se aplica

Dívidas e despesas 2: não se aplica

Situação financeira (Solvência) 2: não se aplica

Empréstimos, hipotecas, linhas de crédito 2: não se aplica

Assistência financeira 2: não se aplica

Detalhes da apólice de seguro 2: não se aplica

Detalhes do plano de pensão 2: não se aplica

Transações financeiras 2: não se aplica

Compensação: não se aplica

Atividades profissionais 2: não se aplica

Acordos e ajustes 2: não se aplica

Detalhes pessoais 2: 1. Nome Completo;

2. Número do CPF;

3. Endereço;

4. Data de nascimento;

5. Sexo;

6. Telefone;

7. E-mail;

8.RG;

9.Outros possíveis documentos como: Conselho Regional, Identificação Funcional, Ministério do Trabalho, Ministério Militares, OAB, Polícias Militares, Receita Federal e Outros;

10.Raça, cor e etnia;

11.Nome Social;

12. Estado Civil; e

13. Portador de Necessidades Especiais.

Tempo: indeterminado

Detalhes militares 2: não se aplica

Situação de Imigração 2: não se aplica

Descrição Física 2: não se aplica

Hábitos: não se aplica

Estilo de vida: não se aplica

Viagens e deslocamentos: não se aplica

Contatos sociais: não se aplica

Posses: não se aplica

Denúncias, incidentes ou acidentes: não se aplica

Distinções: não se aplica

Uso de mídia: não se aplica

Descrição Psicológica: não se aplica

Casamento ou forma atual de coabitação: não se aplica

Histórico conjugal: não se aplica

Familiares ou membros da família: não se aplica

Atividades e interesses de lazer: não se aplica

Associações (exceto profissionais, políticas, em sindicatos ou qualquer outra associação que se enquadre em dados pessoais sensíveis): não se aplica

Suspeitas: não se aplica

Condenações e sentenças: não se aplica

Ações judiciais: não se aplica

Penalidades Administrativas: não se aplica

Dados de bens e serviços: Todas as demandas registradas Sindec recebem uma classificação de Área, Assunto e Problema, relacionada a seu problema de consumo. O objetivo dessa classificação é permitir o agrupamento das demandas segundo alguns critérios, para auxiliar na análise e na leitura dos dados, tanto por parte dos órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, dos veículos de imprensa, e também por parte dos consumidores.

Residência: não se aplica

Dados acadêmicos/escolares: não se aplica

Registros financeiros do curso/treinamento: não se aplica

Qualificação e experiência profissional: não se aplica

Emprego atual: não se aplica

Recrutamento: não se aplica

Rescisão de trabalho: não se aplica

Carreira: não se aplica

Absentismo e disciplina: não se aplica

Avaliação de Desempenho: não se aplica

Vídeo e imagem: É permitido ao técnico do Procon anexar documentos no sistema relacionados a demanda do consumidor como forma de comprovação do caso, mas esses dados não são transferidos para infraestrutura do MJSP.

Tempo: indeterminado.

Imagem de Vigilância: não se aplica

Voz: não se aplica

Ocorrência Policial: não se aplica

Desaparecimento: não se aplica

Dados que revelam origem racial ou ética: Raça, cor e etnia (campo não obrigatório);

Tempo: indeterminado.

Dados que revelam convicção religiosa: não se aplica

Dados que revelam opinião política: não se aplica

Dados que revelam filiação a sindicato: não se aplica

Dados que revelam filiação a organização de caráter religioso: não se aplica

Dados que revelam filiação ou crença filosófica: não se aplica

Dados que revelam filiação ou preferências política: não se aplica

Dados referentes à saúde ou à vida sexual: não se aplica

Dados genéticos: não se aplica

Dados biométricos: não se aplica

Frequência de tratamento dos dados pessoais: O portal Sindec Nacional (<https://sindecnacional.mj.gov.br/home>) está disponível no regime 24x7 (24 horas por dia nos 7 dias da semana) e apresenta dados atualizados em decorrência da coleta realizada nos Estados.

Quantidade de dados pessoais tratados: 13

Quantidade de dados pessoais sensíveis tratadas: 0

Trata dados de crianças e adolescentes? Não

Trata dados de outro grupo vulnerável? Sim

Qual órgão ou entidade foi compartilhado? Os dados registrados no Sindec podem ser acessados pelo próprio órgão e pelos gestores de monitoramento do sistema em seu respectivo âmbito de atuação. Atualmente, são: Senacon, 26 estados mais o DF, além de 662 municípios integrados.

Após a transferência dos dados para a infraestrutura do MJSP, eles são tratados e consolidados no portal Sindec Nacional (<https://sindecnacional.mj.gov.br/home>) onde permanecem públicos para toda a sociedade.

Há também a transferência interna dos dados para a base DW para atender a necessidade de geração e extração de dados em decorrência das demandas internas e externas.

Obs.: a lista dos órgãos não coube neste formulário devido à quantidade de caracteres.

Qual dados pessoais foram compartilhados? 1.Nome Completo;

2.Número do CPF;

3.Endereço;

4.Data de nascimento;

5.Sexo;

6.Telefone;

7.E-mail;

8.RG;

9.Outros possíveis documentos como: Conselho Regional, Identificação Funcional, Ministério do Trabalho, Ministério Militares, OAB, Polícias Militares, Receita Federal e Outros;

10.Raça, cor e etnia;

11.Nome Social;

12.Estado Civil;

13.Portador de Necessidades Especiais; e

14.Relato do consumidor

Qual a finalidade do compartilhamento? Monitoramento das reclamações e da conduta das empresas face às demandas registradas pelos Procons e consolidação de informações essenciais à elaboração do Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas e execução das políticas públicas de defesa dos consumidores.

O Sindec/Sindec Nacional é monitorado pela Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) - do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Procons, Defensorias Públicas, Ministérios Públicos, Tribunais de Justiça e Agências Reguladoras, Empresas, Cidadãos e toda a sociedade.

Inserir medidas de segurança: Continuidade de Negócio; Controles Criptográficos; Controle de Acesso e Privacidade; Controles de Segurança em Redes, Proteção Física e do Ambiente; Cópia de Segurança; Gestão de Mudanças; Gestão de Riscos; Responsabilização; Segurança Web;

Qual órgão ou entidade foi compartilhado: não se aplica

Qual País: não se aplica

Dados pessoais transferidos: não se aplica